

TERMO DE REVOGAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 02/2024, Edital nº 003/2024 – Processo Administrativo nº 041/2024.

1. A Presidente do **Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, em respeito aos princípios gerais do direito público e às prescrições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando tratar-se de ato discricionário da Administração, resolve **REVOGAR** o processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 02/2024, Edital nº 003/2024 – Processo Administrativo nº 041/2024**.

2. Registra-se que a revogação da licitação encontra fundamentação legal nos artigos 71, inciso II, e 165, inciso I, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Art. 71 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
II – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
§ 2º – O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
§ 3º – Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

Art. 165 – Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
I – d) Anulação ou revogação da licitação.

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

3. Compulsando os autos, verificam-se fatos supervenientes que se contrapõem ao prosseguimento do feito. Embora não haja elementos que indiquem ilegalidade na condução do certame, resta evidente a necessidade de saneamento de atos que afetam a segurança da contratação e, conseqüentemente, o interesse público.

4. Consta nos autos que a licitação foi suspensa antes mesmo de a Pregoeira proceder com a análise das propostas e dos documentos de habilitação dos participantes. Diante do exposto e em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência e oportunidade do órgão licitante em relação ao interesse público, é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho:

A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior por reputá-lo incompatível com o interesse público. Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior.

5. Considera-se desnecessário oportunizar o exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório aos licitantes, nos termos do § 3º do art. 71 da Lei nº 14.133/21, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final.

6. Ressalte-se que não há prejuízo para o erário público nem para interesses pessoais de terceiros. Ademais, não haverá prejuízo para o interesse público, sendo que, em momento oportuno, será viabilizado novo certame.

7. Assim, diante da motivação acima descrita, formaliza-se a **REVOGAÇÃO** do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 02/2024, Edital nº 003/2024 – Processo Administrativo nº 041/2024.

Florianópolis, na data da assinatura.

Cheyenne Vieira Marques
Assistente Social CRESS nº 4060 12ª Região
Conselheira Presidente